

EDITAL DE COMPRA DIRETA Nº 002/2023 – FSVC

Fundamentação legal: art. 75, II da Lei nº 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 21.627/2022 e suas atualizações.

- I. PROCESSO Nº 027/2023
- II. PARECER REFERENCIAL Nº 215/2022
- III. A FUNDAÇÃO PÚBLICA DE SAÚDE DE VITÓRIA DA CONQUISTA – FSVC, com sede na Av. Macaúbas, 100, Bairro Patagônia, complemento Kadija, CEP: 45065-540, nesta Cidade, inscrita no CNPJ sob n.º 15.329.734/0001-96, torna público para conhecimento dos interessados que realizará Chamamento Público para Dispensa de Licitação/Compra Direta, com critério de julgamento MENOR PREÇO GLOBAL, nos termos do art. Nº 75, inciso II da Lei 14.133/2021 e do Decreto Municipal nº 21.627/2022 e suas alterações, e de acordo com as condições, critérios e procedimentos estabelecidos neste Edital e seus anexos, objetivando obter a melhor proposta, observadas as datas e horários discriminados a seguir:

DATA E HORA LIMITE PARA APRESENTAÇÃO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	Dia 14/03/2023, às 18:00 Horas
REFERÊNCIA DE HORÁRIO	Dia 14/03/2023, às 18:00 Horas
ENDEREÇO ELETRÔNICO PARA ENVIO DAS PROPOSTAS E DOCUMENTAÇÃO	compradiretafsvc@gmail.com

1. OBJETO

1.1. Constitui objeto deste Chamamento Público para dispensa de licitação/Compra Direta a contratação de pessoa jurídica especializada para **auditoria independente destinada a auditar as demonstrações contábeis e financeiras da FSVC**, de acordo com as quantidades e especificações constantes no Anexo III - Termo de Referência do Edital/Especificações Gerais da Contratação.

EXIGÊNCIA DE CONTRATO	FORMA DE ENTREGA	TIPO	FORMA DE ADJUDICAÇÃO
SIM	IMEDIATA E INTEGRAL	MENOR PREÇO	LOTE

1.2. Compõem este Edital, além das condições específicas, os seguintes documentos:

- 1.2.1. **ANEXO I** — Proposta de Preços;
- 1.2.2. **ANEXO II** — Declarações Complementares;
- 1.2.3. **ANEXO III** – Termo de Referência/ Especificações Gerais da Contratação.

2. DO RECURSO FINANCEIRO

2.1. A despesa que decorrerão dessa compra direta ficará à conta do contrato de gestão entre esse Município de Vitória da Conquista e a Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista.

3. ESPECIFICAÇÃO E VALOR ESTIMADO

3.1. O valor global estimado para a presente contratação é de **R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)**, resultantes de pesquisa de mercado efetuada pela Gerência de Compras da FSVC, que será considerado como valor máximo admissível para a contratação.

3.2. Com base na pesquisa supracitada, deverá observar os preços unitários máximos dos itens que compõem a contratação, conforme indicados no ANEXO III – Termo de Referência.

4. PRAZO PARA ENVIO DA DOCUMENTAÇÃO DE HABILITAÇÃO E PROPOSTA DE PREÇO

4.1. O presente CHAMAMENTO PÚBLICO ficará ABERTO POR UM PERÍODO DE 03 (TRÊS) DIAS ÚTEIS, a partir da data de publicação do AVISO DE DISPENSA DE LICITAÇÃO/COMPRA DIRETA, sendo que as propostas de preços e documentos de habilitação deverão ser encaminhadas para o endereço eletrônico: compradiretafsvc@gmail.com, ou presencialmente na Gerência de Compras da FSVC, situada no mesmo endereço descrito anteriormente no preâmbulo, ambos encaminhamentos fazendo referência à DISPENSA Nº026/2023.

4.2. Limite para apresentação da Proposta de Preços: 14/03/2023 às 18:00hs.

5. CONDIÇÕES DE PARTICIPAÇÃO

5.1. Poderão participar do processo os interessados estabelecidos no Brasil, que atendam a todas as exigências contidas neste edital e seus anexos, e que pertençam ao ramo de atividade pertinente ao objeto pretendido.

5.2. Não poderão participar desta Dispensa de Licitação os interessados:

5.2.1. Proibidos de participar de licitações e celebrar contratos administrativos, na forma da legislação vigente;

5.2.2. Que não atendam às condições deste Edital;

5.2.3. Estrangeiros que não tenham representação legal no Brasil com poderes expressos para receber citação e responder administrativa ou judicialmente;

5.2.4. Que se enquadrem nas vedações previstas no artigo 14 da Lei Federal nº 14.133/21;

5.2.5. Organizações da Sociedade Civil de Interesse Público - OSCIP, atuando nessa condição (Acórdão nº746/2014 - TCU Plenário);

5.2.6. Estejam cumprindo penalidade de suspensão temporária imposta pela Administração Pública Municipal, ou, ainda, penalidade imposta por qualquer órgão da Administração Pública, nas hipóteses previstas nos incisos III e IV do art. 156 da Lei nº 14.133/21.

6. PROPOSTA DE PREÇOS

6.1. A proposta de preços deverá ser apresentada conforme o item 4.1 deste Edital, acompanhada dos documentos de Habilitação de que trata o item 7 deste Edital.

6.2. A proposta de preços deverá ser apresentada na forma do Anexo I deste Edital, redigida em papel timbrado do INTERESSADO, por meio mecânico ou informatizado, de forma clara e inequívoca, sem emendas, rasuras ou entrelinhas, em estrita observância às especificações contidas neste Edital, assinada na última folha e rubricada nas demais pelo seu titular ou representante legal, devidamente identificado, nela constando, obrigatoriamente:

6.2.1. Razão Social, CNPJ, endereço, CEP, telefone/ e-mail e pessoa de contato;

6.2.2. Preços de acordo com os praticados no mercado, em algarismo e por extenso, só reajustáveis na forma da lei, com valores expressos em moeda corrente nacional (R\$). Ocorrendo divergência entre o preço em algarismo e o expresso por extenso, será levado em conta este último;

6.2.3. Prazo de validade de proposta não inferior a 90 (noventa) dias, a contar da data de sua apresentação, sendo facultado aos proponentes estender tal validade por prazo superior.

6.3. A proposta de preços apresentada deverá incluir todas e quaisquer despesas necessárias para a execução do objeto desta Dispensa de Licitação, tais como: tributos, emolumentos, contribuições sociais, fiscais, parafiscais, fretes, seguros e demais despesas inerentes, devendo o preço ofertado corresponder rigorosamente às especificações do objeto, não cabendo quaisquer reivindicações devidas a erros nessa avaliação, para efeito de solicitar revisão de preços.

6.4. Para a correta elaboração da proposta de preços, deverá o INTERESSADO examinar todos os documentos exigidos neste Edital.

6.5. A proposta de preços que não estiver em consonância com as exigências deste Edital será desconsiderada julgando-se pela desclassificação;

6.6. Os preços ofertados não poderão exceder os valores unitários constantes neste Edital.

7. DA HABILITAÇÃO

7.1. Os documentos necessários à habilitação deverão estar com prazo vigente, à exceção daqueles que por sua natureza não contenham validade.

7.2. Para habilitação desta Dispensa de Licitação será exigida a seguinte documentação:

7.2.1. Habilitação jurídica

a) Ato constitutivo, estatuto ou contrato social em vigor, devidamente registrado ou inscrito.

b) Em se tratando de Microempreendedor individual — MEI: Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI;

7.2.2. Regularidade fiscal, social e trabalhista:

a) Comprovante de Inscrição no CPF e/ou Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (CNPJ);

b) Prova de inscrição no cadastro de contribuintes estadual, relativo ao domicílio ou sede da licitante, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;

c) Certidão Conjunta Negativa de Débitos, relativa a tributos federais e à Dívida Ativa da União, abrangendo as contribuições sociais, conforme Portaria Conjunta RFB/PGFN de nº 1.751/2014;

d) Prova de regularidade com a Fazenda Municipal do domicílio ou sede do INTERESSADO;

e) Prova de regularidade com o Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (FGTS), mediante a apresentação de Certificado de Regularidade de Situação/CRF;

f) Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de Certidão Negativa de Débitos Trabalhistas;

g) Consulta consolidada em nome do pretenso contratado emitida pelo Tribunal de Contas da União, relativa aos CNIA - Cadastro Nacional de Condenações Cíveis por Ato de Improbidade Administrativa e Inelegibilidade; Portal da Transparência; CEIS - Cadastro Nacional de Empresas Inidôneas e Suspensas; Portal da Transparência CNEP - Cadastro Nacional de Empresas Punidas.” (NR).

7.2.3. Habilitação econômico-financeira:

a) Certidão negativa de falência, recuperação judicial ou extrajudicial ou execução patrimonial, expedida pelo distribuidor do da sede da licitante;

7.2.4. Habilitação de qualificação técnica:

a) Comprovação de aptidão mediante apresentação de Atestado fornecido por pessoa jurídica de direito público ou privado, em nome do INTERESSADO, referente à execução do objeto da pretensa contratação.

b) O pretenso contratante deverá comprovar o fornecimento de, pelo menos, **10% (dez por cento)** do quantitativo total de cada grupo/item, admitindo-se, para tanto, o somatório de atestados.

c) O auditor deverá comprovar, no mínimo, os seguintes requisitos:

Ser bacharel em Ciências Contábeis e devidamente registrado no CRC de sua região na categoria de contador;

d) Possuir registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com a especificação mínima de QTG – Qualificação Técnica Geral – que confere ao contador o reconhecimento de capacitação geral para atuação em atividades de Auditoria Independente, conforme previsto na Resolução CFC nº

1.495, de 20 de novembro de 2015. O CNAI pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico:

<http://www1.cfc.org.br/sisweb/siscnai/externaConsultaCadastro.aspx>

7.2.5. Declaração Complementar, conforme Anexo II.

IV. DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

a) A EMPRESA não poderá alegar como justificativa para se eximir das obrigações assumidas, o desconhecimento das condições para participação desta Dispensa de Licitação.

b) Poderá essa Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista, revogar o presente Edital, no todo ou em parte, por conveniência administrativa e interesse público, decorrente de fato superveniente, devidamente justificado.

c) A Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista poderá anular o presente Edital, no todo em parte, caso ocorra ilegalidade, de ofício ou por provocação.

d) A anulação do procedimento oriundo deste Edital, não gera direito a indenização.

e) Após a fase de classificação da proposta, não cabe desistência da mesma, salvo por motivo justo decorrente de fato superveniente, e desde que aceito pela Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista.

f) Ao apresentar a proposta de preços, o INTERESSADO declara sob as penalidades da Lei, da inexistência de qualquer vínculo de natureza técnica, comercial, econômica, financeira ou trabalhista, entre si e os responsáveis por esta CHAMADA PÚBLICA, quer direta ou indiretamente.

g) A apresentação de proposta pressupõe o pleno conhecimento, atendimento e aceitação integral e irretratável, por parte do INTERESSADO, das exigências e condições estabelecidas neste Edital e Termo de Referência.

h) A falsidade de qualquer documento apresentado ou a inverdade das informações nele contidas implicarão a imediata desclassificação do proponente que o tiver apresentado, ou, caso tenha sido o vencedor, a rescisão do contrato ou do pedido de compra, sem prejuízo de demais sanções cabíveis.

i) Na contagem dos prazos estabelecidos neste Edital, inclui-se o dia do início e do vencimento, observando-se que só se iniciam e vencem prazos em dia de expediente normal na Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista, exceto quando for explicitamente disposto em contrário.

Vitória da Conquista, 09 de Março de 2023.

Diogo Gomes de Azevedo Feitosa
Diretor Geral/FSVC

André Allan Matos Martins
Diretor Técnico Operacional/FSVC

ANEXO I - PROPOSTA DE PREÇOS**DISPENSA Nº. 026/2023**
PROCESSO Nº. 027/2023**OBJETO:** Contratação de pessoa jurídica especializada _____.
(Conforme o Edital)

EMPRESA	
CNPJ	
ENDEREÇO	
TELEFONE	
E-MAIL	
DADOS BANCÁRIOS	

Atendendo ao Edital da Dispensa de Licitação em epígrafe, apresentamos a seguinte proposta de preços:

LOTE	ITEM	DESCRIÇÃO/ ESPECIFICAÇÃO	MARCA	U.F	QUANTIDADE	VALOR UNITÁRIO	VALOR TOTAL

Declaramos que o(s) item(s) constante(s) desta proposta corresponde(m) exatamente às especificações descritas no Edital da Dispensa de Licitação nº 053/2022, às quais aderimos formalmente.

Na oportunidade, caso o objeto desta licitação nos seja adjudicado, indicamos como representante legal para assinatura do Contrato ou para prestar quaisquer informações e esclarecimentos, o (a) Sr.(a):

NOME COMPLETO	
FUNÇÃO	
CPF	
TELEFONE	
E-MAIL	

PRAZO DE VALIDADE DA PROPOSTA: 90 (noventa) dias.

LOCAL e DATA.

Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa
Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

OBSERVAÇÕES:

- 1) Emitir em papel que identifique o licitante.
- 2) A Proposta de preços deverá conter necessariamente todas as especificações técnicas do objeto ofertado, onde não serão aceitas especificações semelhantes ou “conforme o edital”.

ANEXO II - DECLARAÇÕES COMPLEMENTARES

[Razão Social do Licitante], inscrita no CNPJ/MF sob o nº [Número do CNPJ do Licitante], sediada na [Endereço Completo], por intermédio de seu representante legal o (a) Sr(a) [Nome completo do representante], portador da carteira de identidade nº [número do Registro Geral] e do CPF nº [Número do CPF do representante da Licitante], DECLARA que:

- I. para os devidos fins licitatórios que cumpre as exigências de reserva de cargos para Pessoa com Deficiência — PcD, para reabilitado da Previdência Social e para aprendiz, em atenção ao art. 63, inciso IV da Lei nº 14.133/2021;
- II. para os devidos fins licitatórios que não incorrem nos impedimentos para disputa da Dispensa ou execução do contrato de que trata o art. 14 da Lei Federal nº 14.133/2021;
- III. não emprega menor de dezoito anos em trabalho noturno, perigoso ou insalubre e não empregamos menor de dezesesseis anos, conforme disposto no inciso VI do art. 68 da Lei nº. 14.133/2021, ressalvando-se a condição de menor aprendiz, cuja contratação é permitida nos termos da legislação;
- IV. não possui, na cadeia produtiva, empregados executando trabalho degradante ou forçado, observando o disposto nos incisos III e IV do art. 1º e no inc. III do art. 5º da Constituição Federal.

LOCAL e DATA.

Assinatura do dirigente (ou representante legal) da empresa

Nome do dirigente (ou representante legal) da empresa

Nota explicativa: Caso o contrato social ou o estatuto determinem que mais de uma pessoa deva assinar, a falta de qualquer uma delas invalida o documento para os fins deste procedimento.

ANEXO III - TERMO DE REFERÊNCIA

Processo administrativo nº 027/2023

SETOR REQUISITANTE: Contabilidade, Custos e Financeiro/FSVC

1. DA FUNDAMENTAÇÃO LEGAL

A presente contratação fundamenta-se no art. 75, II da Lei Federal nº 14.133/2021, Decreto Federal nº 10.922/2021 e no Decreto Municipal nº 21.627/2022 e suas atualizações, que regulamenta no âmbito do Município de Vitória da Conquista as contratações diretas de pequeno valor.

2. DO OBJETO

2.1. O objeto da presente dispensa é a escolha da proposta mais vantajosa para o serviço por dispensa de licitação para **contratação de auditoria independente destinada a auditar as demonstrações contábeis e financeiras da FSVC**, conforme condições, quantidades e exigências estabelecidas neste Termo de Referência, conforme consta na tabela abaixo.

Lote Nº.	ITEM	DESCRIÇÃO DO PRODUTO / MARCA	U.F	QUANT.	VALOR UNITÁRIO R\$	VALOR TOTAL R\$
1	1.1	Contratação de serviços de Auditoria Independente, com o intuito de avaliar os demonstrativos contábeis e financeiros da Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista - FSVC do exercício de 2022, bem como a emissão de parecer de auditoria independente sobre a regularidade das mesmas, de acordo com o previsto nas Normas Internacionais de Contabilidade.	SERVIÇO	1	19.500,00	19.500,00
Valor Total da Contratação (R\$)						19.500,00

3. DA JUSTIFICATIVA DA CONTRATAÇÃO

O presente Termo de Referência tem por objetivo a contratação de serviços de Auditoria Independente, com o intuito de avaliar os demonstrativos contábeis e financeiros da Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista - FSVC, do exercício de 2022, bem como a emissão de parecer de auditoria independente sobre a regularidade das mesmas, de acordo com o previsto nas Normas Internacionais de Contabilidade, em especial àquelas que regulamentam o exercício da Auditoria Independente, estabelecidas pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

4. DA JUSTIFICATIVA DO PREÇO

A contratação deverá ser baseada na proposta mais vantajosa para a Administração Pública, aquela que tenha a melhor qualidade e com o preço de mercado;

5. PRAZO, LOCAL E CONDIÇÕES DE ENTREGA OU EXECUÇÃO:

5.1. Prazo para entrega: **20/03/2023**

5.2. Local de entrega: Av. Macaúbas, 100, Bairro Patagônia, complemento Kadija, CEP: 45065-540 - Vitória da Conquista/Ba;

5.3. Forma de entrega: IMEDIATA E INTEGRAL

5.4. Prazo para substituição do objeto ou correção dos serviços nos casos de avarias ou defeitos é de **10 (dez) dias** a partir da notificação formal junto a empresa contratada.

6. CRITÉRIO DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR

6.1. A proposta mais vantajosa será selecionada a partir da aplicação do critério de julgamento MENOR PREÇO.

7. DO PREÇO MÁXIMO

7.1. O preço máximo admitido pela Administração para esta contratação é de **R\$ 19.500,00 (dezenove mil e quinhentos reais)** obtido através de pesquisa de mercado, resultante de cotação de preços com empresas do ramo pertinente, incluídas todas as despesas necessárias à consecução do objeto.

7.2. Nos termos do art. 4º do Decreto Municipal nº 21.627/2022, o preço médio da presente contratação foi obtido a partir da coleta de Propostas de Preços junto às empresas do mesmo ramo de atividade do objeto pretendo contratado, conforme constante da tabela abaixo.

EMPRESA PESQUISADA	CNPJ	PREÇO COLETADO (EM R\$)
CONTABILIDADE IRMÃOS FARIAS LTDA	12.813.196/0001-12	R\$ 19.500,00

8. DA FISCALIZAÇÃO

8.1. Competirá ao CONTRATANTE proceder à fiscalização de toda execução do Contrato (quando houver), verificando o cumprimento das disposições contratuais, técnicas e administrativas, em todos os seus aspectos.

8.2. Será designado representante, mediante Portaria, para acompanhar e fiscalizar a entrega dos bens conforme estabelece o Termo de Referência;

8.3. O fiscal registrará todas as ocorrências relacionadas com a execução do contrato, determinando o que for necessário à regularização das faltas, falhas ou defeitos observados;

8.4. A ação ou omissão, total ou parcial da Fiscalização do CONTRATANTE não eximirá a CONTRATADA, no que couber da responsabilidade na execução do objeto contratado.

9. DAS OBRIGAÇÕES DA CONTRATANTE E DA CONTRATADA

9.1. DA FUNDAÇÃO PÚBLICA DE SAÚDE DE VITÓRIA DA CONQUISTA, ORA CONTRATANTE:

9.1.1. Fornecer à CONTRATADA as informações e documentações indispensáveis à execução do objeto contratado;

9.1.2. Rejeitar, no todo ou em parte, o objeto contratual entregue em desacordo com o previsto neste contrato, justificando as razões da recusa;

9.1.3. Notificar a CONTRATADA, fixando-lhe prazo, para corrigir defeitos ou irregularidades encontradas na execução do objeto;

9.1.4. Efetuar os pagamentos nas condições pactuadas;

9.1.5. Permitir ao pessoal técnico da CONTRATADA, devidamente identificado, livre acesso aos locais destinados à execução do objeto contratual;

9.1.6. Cumprir, de forma a não retardar os prazos da CONTRATADA, suas obrigações contratuais que constituam pré-requisitos para que a mesma cumpra suas próprias obrigações.

9.2. DA CONTRATADA

- 9.2.1. Executar o objeto contratual, nos prazos estipulados e de acordo com as especificações e condições previstas no contrato;
- 9.2.2. Refazer, às suas expensas, o objeto contratual executado em desacordo com o estabelecido neste Termo de Referência;
- 9.2.3. Realizar as atividades necessárias à execução do objeto do contrato;
- 9.2.4. Comunicar imediatamente a ocorrência de fato alheio à execução do objeto contratado à CONTRATANTE;
- 9.2.5. Prestar os esclarecimentos que forem solicitados pela gestão/fiscalização durante a vigência do contrato e, no caso de reclamações, responder a elas no prazo determinado;
- 9.2.6. Indicar ao gestor contratual, no ato da assinatura do contrato e sempre que ocorrer alteração, um preposto para representá-la perante a FSVC, informando endereço, telefone e e-mail, para acompanhar e fiscalizar a execução deste contrato;
- 9.2.7. Indenizar terceiros e/ou a FSVC por todo e qualquer dano decorrente direta ou indiretamente da execução do contrato, por culpa ou dolo de seus empregados ou prepostos;
- 9.2.8. Para garantia do ressarcimento do dano, total ou parcial, tem a FSVC o direito de retenção sobre o pagamento devido à CONTRATADA.
- 9.2.9. Responsabilizar-se por todas as obrigações e encargos decorrentes das relações de trabalho com os profissionais contratados, previstos na legislação pátria vigente, sejam de âmbito trabalhista, previdenciário, social, securitários, bem como por taxas, impostos, frete, embalagens e outras obrigações que incidam ou venham a incidir sobre a execução do objeto ora contratado;
- 9.2.10. Manter, durante a vigência do contrato, de acordo com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação;
- 9.2.11. Cumprir o disposto no art. 68, I da Lei Federal nº 14.133/2021.
- 9.2.12. O auditor deverá comprovar, no mínimo, os seguintes requisitos:
- A) ser bacharel em Ciências Contábeis e devidamente registrado no CRC de sua região na categoria de contador;
 - B) Possuir registro no Cadastro Nacional de Auditores Independentes (CNAI) do Conselho Federal de Contabilidade (CFC) com a especificação mínima de QTG – Qualificação Técnica Geral – que confere ao contador o reconhecimento de capacitação geral para atuação em atividades de Auditoria Independente, conforme previsto na Resolução CFC n.º 1.495, de 20 de novembro de 2015. O CNAI pode ser consultado no seguinte endereço eletrônico:
<http://www1.cfc.org.br/sisweb/siscnai/externaConsultaCadastro.aspx>

10. DO INSTRUMENTO CONTRATUAL

- 10.1. A presente contratação resultará na assinatura de contrato, cujo prazo de vigência será de 90 dias, podendo ser prorrogado observando-se as hipóteses legais da Lei nº 14.133/2021.
- 10.2. O instrumento contratual será substituído por outro instrumento hábil, como carta-contrato, nota fiscal, autorização de compra ou ordem de execução de serviço.
- 10.3 No caso de substituição do instrumento contratual o fornecedor ou prestador de serviço e a FSVC seguirão todos os requisitos referente à contratação descritos nesse Termo de Referência, bem como todas as obrigações legais pertinentes ao tema.

11. DO PAGAMENTO

- 11.1. O pagamento será realizado no prazo máximo de até 30 dias, contados a partir do recebimento da Nota Fiscal ou Fatura, através de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicado pelo contratado;
- 11.2. Considera-se ocorrido o recebimento da nota fiscal ou fatura no momento em que o órgão contratante atestar a execução do objeto do contrato;
- 11.3. Havendo erro na apresentação da Nota Fiscal ou dos documentos pertinentes à contratação, ou, ainda, circunstância que impeça a liquidação da despesa, como, por

exemplo, obrigação financeira pendente, decorrente de penalidade imposta ou inadimplência, o pagamento ficará sobrestado até que fornecedor e/ou prestador de serviço contratado providencie as medidas saneadoras. Nesta hipótese, o prazo para pagamento iniciar-se-á após a comprovação da regularização da situação, não acarretando qualquer ônus para a Contratante;

11.4. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento;

12. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS

12.1. Comete infração administrativa o fornecedor ou prestador de serviço que cometer quaisquer das infrações previstas no art. 155 da Lei nº 14.133, de 2021, quais sejam:

12.1.1. Dar causa à inexecução parcial do que foi contratado;

12.1.2. Dar causa à inexecução parcial que foi contratado que cause grave dano à Administração, ao funcionamento dos serviços públicos ou ao interesse coletivo;

12.1.3. Dar causa à inexecução total do contrato;

12.1.4. deixar de entregar a documentação exigida para essa dispensa de licitação;

12.1.5. Não manter a proposta, salvo em decorrência de fato superveniente devidamente justificado;

12.1.6. Não celebrar o contrato ou não entregar a documentação exigida para a contratação, quando convocado dentro do prazo de validade de sua proposta;

12.1.7. Ensejar o retardamento da execução ou da entrega do objeto dessa dispensa de licitação sem motivo justificado;

12.1.8. Apresentar declaração ou documentação falsa exigida ou prestar declaração falsa durante a dispensa eletrônica ou a execução do contrato;

12.1.9. Fraudar a dispensa eletrônica ou praticar ato fraudulento na execução do contrato;

12.1.10. Comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude de qualquer natureza;

12.1.10.1. Considera-se comportamento inidôneo, entre outros, a declaração falsa quanto às condições de participação, quanto ao enquadramento como ME/EPP ou o conluio entre os fornecedores, em qualquer momento da dispensa, mesmo após o encerramento da fase de lances;

12.1.11. Praticar atos ilícitos com vistas a frustrar os objetivos deste processo;

12.1.12. Praticar ato lesivo previsto no art. 5º da Lei nº 12.846/2013;

12.2. O fornecedor e/ou prestador de serviço que cometer qualquer das infrações discriminadas nos subitens anteriores ficará sujeito, sem prejuízo da responsabilidade civil e criminal, às seguintes sanções:

12.2.1. Advertência pela falta do subitem deste Termo de Referência ou do Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.2. Multa de 10% (dez por cento) sobre o valor estimado do(s) item(s) prejudicado(s) pela conduta do fornecedor, por qualquer das infrações dos subitens 12.1.1 a 11.1.12;

12.2.3. Impedimento de licitar e contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta do ente federativo que tiver aplicado a sanção, pelo prazo máximo de 3 (três) anos, nos casos dos subitens 12.1.2 a 12.1.7 deste Aviso de Contratação Direta, quando não se justificar a imposição de penalidade mais grave;

12.2.4. Declaração de inidoneidade para licitar ou contratar, que impedirá o responsável de licitar ou contratar no âmbito da Administração Pública direta e indireta de todos os entes federativos, pelo prazo mínimo de 3 (três) anos e máximo de 6 (seis) anos, nos casos dos subitens 12.1.8 a 12.1.12, bem como nos demais casos que justifiquem a imposição da penalidade mais grave;

12.3. Na aplicação das sanções serão considerados:

12.3.1. A natureza e a gravidade da infração cometida;

12.3.2. As peculiaridades do caso concreto;

12.3.3. As circunstâncias agravantes ou atenuantes;

12.3.4. Os danos que dela provierem para a Administração Pública;

12.3.5. A implantação ou o aperfeiçoamento de programa de integridade, conforme normas e orientações dos órgãos de controle.

12.3.6. Se a multa aplicada e as indenizações cabíveis forem superiores ao valor de pagamento eventualmente devido pela Administração ao contratado, além da perda desse valor, a diferença será descontada da garantia prestada ou será cobrada judicialmente;

12.3.7. A aplicação das sanções previstas neste Termo de Referência ou no Aviso de Contratação Direta, em hipótese alguma, a obrigação de reparação integral do dano causado à Administração Pública;

12.3.8. A penalidade de multa pode ser aplicada cumulativamente com as demais sanções.

12.3.9. Se, durante o processo de aplicação de penalidade, houver indícios de prática de infração administrativa tipificada pela Lei nº 12.846/2013, como ato lesivo à administração pública nacional ou estrangeira, cópias do processo administrativo necessárias à apuração da responsabilidade da empresa deverão ser remetidas à autoridade competente, com despacho fundamentado, para ciência e decisão;

12.3.10. A apuração e o julgamento das demais infrações administrativas não consideradas como ato lesivo à Administração Pública nacional ou estrangeira nos termos da Lei nº 12.846/2013, seguirão seu rito normal na unidade administrativa.

12.3.11. A aplicação de qualquer das penalidades previstas realizar-se-á em processo administrativo que assegurará o contraditório e a ampla defesa ao fornecedor/adjudicatário, observando-se o procedimento previsto na Lei nº 14.133/2021, e subsidiariamente na Lei nº 9.784/1999.

13. DO RECURSO FINANCEIRO

13.1. A despesa que decorrerão dessa compra direta ficará à conta do contrato de gestão entre esse Município de Vitória da Conquista e a Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista.

14. Principais rotinas a serem analisadas:

- a) Lançamentos e rotinas contábeis;
- b) Documentação de suporte contábil, fiscal, financeiro, de controle patrimonial e folha de pagamentos referente ao exercício de 2022;
- c) Demonstrações contábeis referentes ao exercício de 2022, compreendendo Balanço Patrimonial, Demonstrativo de Resultados do Exercício – DRE, Demonstrativo dos Fluxos de Caixa – DFC e Demonstração das Mutações do Patrimônio Líquido – DMPL;
- d) Apuração mensal dos impostos e contribuições do exercício de 2022;
- e) Análise quanto ao cumprimento das obrigações acessórias devidas;
- f) Revisões dos controles internos.

Obs.: As rotinas aqui mencionadas servem como referência para a composição da planilha de custos, podendo ser incluídas outras rotinas secundárias sem onerar o valor contratado.

15. Escopo básico dos trabalhos:

As ações a serem efetuadas pela Auditoria Independente compreenderão, no mínimo, as descritas abaixo:

- a) Análise dos procedimentos e rotinas contábeis realizadas durante o exercício de 2022;
- b) Conferência dos registros contábeis fiscais, incluindo os registros auxiliares;
- c) Conferência e verificação dos clientes e fornecedores, credores e devedores;
- d) Conferência das movimentações bancárias bem como das conciliações efetuadas;
- e) Conferência das movimentações dos bens patrimoniais, de seus controles e registros, bem como dos lançamentos contábeis devidos;
- f) Exame das receitas e despesas, com análise das principais variações;

- g) Exame das rotinas contratuais, de compras e financeiras com avaliação os seus respectivos reflexos no patrimônio da instituição;
- h) Análise dos controles internos;
- i) Análise dos principais demonstrativos contábeis;
- j) Emissão de Parecer de Auditoria, dirigido à diretoria da entidade, com opinião do auditor expressa de forma clara e objetiva, sobre as demonstrações contábeis analisadas.
- k) Apresentação dos resultados alcançados e dos procedimentos corretivos a serem adotados.

Obs.: As rotinas aqui mencionadas servem como referência para a composição da planilha de custos, podendo ser incluídas outras rotinas secundárias sem onerar o valor contratado.

16. Do Relatório de Auditoria:

Além do Parecer de Auditoria, o auditor incluirá no Relatório de Auditoria ou no Relatório à Administração:

- Comentários e observações sobre registros de contas, sistemas e controles que foram examinados no curso da auditoria;
- Identificação de deficiências específicas e áreas de fragilidade em sistemas e controles e emissão de recomendações para sua melhoria;
- Informações sobre casos de descumprimento dos termos do(s) contrato(s) de financiamento;
- Informações sobre problemas detectados ou fatos que tenham chegado ao seu conhecimento durante a auditoria que possam ter um impacto significativo na posição patrimonial da instituição; e,
- Informações a sobre quaisquer outras questões que os auditores julgarem pertinentes.

17. Prazo para entrega do relatório de auditoria:

Os pareceres de auditoria sobre as demonstrações contábeis devem ser entregues à Diretoria da Fundação Pública de Saúde de Vitória da Conquista - FSVC conforme cronograma do item 8.1, de modo a permitir o cumprimento dos prazos previstos no Estatuto da FSVC, nas normas de prestação de contas do Tribunal de Contas dos Municípios do Estado da Bahia – TCM-BA, em especial à Resolução 1062/05, além de atender ao previsto na Lei 6.404/76.

18. Demais informações:

O auditor terá o direito de acesso ilimitado a todas as informações e explicações consideradas necessárias para facilitar a auditoria. O auditor também poderá solicitar confirmação por escrito de valores desembolsados e a desembolsar referente às transações efetuadas pela FSVC.

Vitória da Conquista - BA, 09 de Março de 2023

Responsável pelo setor Requisitante

Diretor Geral